continuação

CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) - CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

b.2 - Instrumentos Financeiros "Não Derivativos": Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação. **Empréstimos e Financiamentos**: Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais. Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2010	
Passivo	**Saldo Contábil**	**Valor de Mercado**
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	3.845	3.905
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	2.665	1.676
Total	6.510	5.581

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Natureza	**Valor (em R$)**			
do saldo	**2010**	**2009**	**01/01/09**	**Moeda**
Financiamento Finimp	16	229	975	€
Supplier Credit	3.829	5.509	–	€
Total	3.845	5.738	975	

d. Hierarquias de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Derivativos de	**2010**			
Passivos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Swap -Itaú	–	(110)	–	(110)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2010. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2. **e. Risco de crédito:** As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2010, era de R$187, representando 9,70% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2009, esta provisão era de R$21 equivalente a 1,30%. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. **f. Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. Vide informações quantitativas na Nota Explicativa nº 11, relacionada a Empréstimos e Financiamentos. **g. Risco de mercado:** As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos. Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com desvalorização em relação ao Real de 3,13% e 12,26%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2009. A Administração mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos. A Administração utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **19. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

CONVICON	**Coberturas**	**Moeda**	**Vencimento**
Seguro de Operador Portuário - SOP			
Responsabilidade Civil	20.000	US$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	5.000	US$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US$	Jan/2011
Responsabilidade Civil-Danos Morais	1.000	US$	Jan/2011
Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal	600	US$	Jan/2011

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Caio Marcelo Morel Correa - Diretor Presidente

Paulo Roberto Brandão - Diretor Administrativo

Luiz Carlos Quene
TC/CRC 1SP192166/O-6-S-PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da
CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A.
Barcarena - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de janeiro de 2011

KPMG

KPMG
Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6 "S" PA

Wagner Petelin
Contador
CRC SP142133/O-7 "S" PA